

A Psicopedagogia repensando o sujeito em busca de sua autonomia

Marilene Curado Albernaz, Jefferson Bruno Pereira Ribeiro, Jonathan Rosa Moreira, Daniel Graziani

A psicopedagogia nasceu de uma necessidade contribuir na busca de soluções para a difícil questão do problema de aprendizagem e vem caminhando em busca de entendimento desse processo. Nesta perspectiva da busca de soluções ao problema de aprendizado, ela se divide em duas ramificações sendo que enquanto prática clínica tem-se transformado em campo de estudo para investigadores no processo de construção do conhecimento, como prática preventiva é no sentido de estabelecer uma relação saudável com o conhecimento, facilitando sua construção e evitando que esse processo seja obstaculizado.

A psicopedagogia no Brasil já conta com um corpo teórico próprio, mas ainda há muito que se pesquisar. Existem autores que afirmam que a psicopedagogia tem o seu caráter interdisciplinar, ou seja, busca conhecimentos em outros campos criando seu próprio objeto, consolidando a sua interdisciplinaridade e por isso recorre à outras áreas como psicologia, medicina, pedagogia, psicanálise, linguística psicologia, e a fonoaudiologia.

Dentro deste contexto, vale ressaltar que para muitos o termo “psicopedagogia” trata meramente de uma junção da psicologia com a pedagogia, mas a sua dimensão conceitual vai muito além. Bossa (2007) define como

um novo saber que reúne informações de ramos afins, formando um novo campo teórico e prática, voltamos para o aprofundamento dos problemas de aprendizagem. Sempre que surgirem questões relacionadas ao processo de aprendizagem, faz-se necessária a interseção da psicopedagogia. Assim, o processo de aprendizagem é a essência do trabalho psicopedagógico.

Portanto, a psicopedagogia engloba conhecimentos educacionais e psicológicos, apontando aspectos preventivos, com os terapêuticos, em relação aos problemas de aprendizagem. Assim, surge a necessidade de compreender as questões voltadas para as dificuldades de aprendizagem e suas especificidades. É notável que ao longo da história alguns profissionais brasileiros objetivam dar a sua contribuição na formação desse corpo teórico, começando por tentar definir a psicopedagogia. Entretanto, esta tarefa não é tão trivial. A psicopedagogia produz um estado de confusão, gerando uma polissemia aplicada em um só termo

falar sobre psicopedagogia é necessariamente falar sobre a articulação entre educação e psicologia, articulação essa que desafia estudiosos e praticas dessas duas áreas, embora quase sempre presente no relato de inúmeros trabalhos científicos que tratam principalmente do problema ligados a aprendizagem, o termo psicopedagogia não consegue adquirir clareza, na sua dimensão conceitual (NEVES, 1992).

Historicamente, a psicopedagogia e a psicologia se efetivaram na escola a partir das necessidades de atender as crianças com distúrbios de aprendizagem, uma vez que estas eram consideradas inaptas para o sistema educacional convencional. Entretanto, pesquisas indicam reformulações e diante de uma perspectiva puramente clínica e individual busca-se uma compreensão mais integradora do fenômeno da aprendizagem e uma atuação de natureza mais preventiva. Assim, entende-se que após estudos mais sistemáticos e apurados, a psicopedagogia ao invés de preocupar-se apenas com a patologia da aprendizagem que era o que acontecia em sua origem e voltou-se cada vez mais para a ação preventiva, acreditando que diversas dificuldades de aprendizagem ocorrem por causa da inadequada pedagogia institucional e familiar.

Perfil profissional do psicopedagogo

A formação acadêmica do psicopedagogo se dá em geral com cursos de especialização, mestrado ou doutorado e ainda não é uma profissão regulamentada. O profissional é proveniente de cursos de graduação de outras áreas do conhecimento como pedagogia, psicologia e fonoaudiologia, que estão interessadas em aprimorar seus conhecimentos acerca da aprendizagem humana. Para Bossa (2007) o psicopedagogo é

um professor de um tipo particular que realiza a sua tarefa de pedagogo sem perder de vista os propósitos terapêuticos da sua ação. Qualquer que tenha sido a sua formação (psicólogo, pedagogo, fonoaudiólogo, professor, ele assumirá sempre a dupla polaridade do seu papel, o que determinará seu modo de ser perante a criança e seus familiares, bem como diante da equipe a que pertence.

Entende-se que o psicopedagogo ocupa-se com a aprendizagem do aluno em sua complexidade e especificidade, diagnostica, orienta, atende em tratamento e investiga os problemas emergentes nos processos de aprendizagem. Este profissional também esclarece os obstáculos que interferem para que a aprendizagem não ocorra, favorecendo o desenvolvimento de atitudes e processos de aprendizagem.

Contexto atual da psicopedagogia

A psicopedagogia ocupa-se de atividades pertinentes a orientação de estudos, desenvolvimento de raciocínio, a apropriação dos conteúdos curriculares e ao atendimento de crianças com necessidades educativas especiais.

Como sugere Bossa(2007), as ocupações dos quais se trata a psicopedagogia são:

1. Orientação de estudos: consiste em organizar a vida escolar do educando quando este não sabe fazê-lo espontaneamente. Procura-se promover o melhor uso do tempo, a elaboração de uma agenda e tudo aquilo que é necessário ao estudo.
2. Apropriação dos conteúdos escolares: a ação do psicopedagogo visa propiciar o domínio de disciplinas escolares nas quais o educando não está tendo bom desempenho ou aproveitamento. Porém, se difere do professor em particular, pois o conteúdo escolar é usado pelo psicopedagogo somente como estratégia para ajudar e fornecer ao aluno o domínio de si próprio e as condições necessárias ao seu desenvolvimento cognitivo.

3. Desenvolvimento do raciocínio: São os processos de pensamento, por vezes necessárias ao ato de aprender. Os jogos, por exemplo, são muito utilizados, pois são excelentes meios para estimular o raciocínio, o que resulta na construção do conhecimento de forma mais deleitosa.
4. Atendimento de criança: o psicopedagogo se presta a atender deficientes mentais, autistas ou crianças com comprometimentos orgânicos mais graves, o que pode até substituir o trabalho da escola. É bom frisar que estas quatro atividades pertencem a função do psicopedagogo e estão presente com o trabalho escolar, mesmo que estas não estejam diretamente comprometidas, pois a questão da aprendizagem destina-se a todas as idades, seja elas crianças, jovens, adultos, e velhos, pois o homem é um eterno aprendiz e qualquer questão relacionada a aprendizagem do individuo é trabalho para o campo do psicopedagogia, que faz a intervenção necessária.

Os trabalhos do psicopedagogo se dão propriamente como uma espécie de educador, o que permite ao educando o desabrochar de suas capacidades e potencialidades, sua ação interventiva leva o aluno a identificar seu próprio caminho, buscando êxitos nos estudos.

O psicopedagogo conduz o aprendiz a aprender de acordo com suas possibilidades e interesses, pois quando o educando apresenta alguma dificuldade escolar levando ao fracasso escolar, ou seja, nos estudos, normalmente todos os educadores tentam encontrar um culpado, como por exemplo, a família, o educando, a sociedade, mas raramente culpam a escola, ou o educador.

O sujeito como objeto de estudo da psicopedagogia

Dentro dessa problemática em relação definição do termo psicopedagogia, outro fator que também é elemento de discordância é a definição do objeto de estudo do profissional em psicopedagogia, pois há divergências, como sugere KIGUEL:

o objeto central de estudo da psicopedagogia está se estruturando em torno do processo de aprendizagem humana, seus padrões evolutivos normais e patológicos, bem como a influência do meio (família, escolar, sociedade) no desenvolvimento (1991,p. 24).

Já para Neves (1991), a psicopedagogia estuda o ato de aprender e ensinar, levando sempre em conta as realidades internas e externas da aprendizagem tomadas em conjunto, procurando estudar a construção do conhecimento em toda a sua complexidade, procurando colocar em pé de igualdade os aspectos cognitivos, afetivos e sociais que lhe estão implícitos.

Para Rubinstein (1992, p.103), em um primeiro momento, a psicopedagogia esteve voltada para a busca e o desenvolvimento de metodologia que melhor atendessem aos portadores de dificuldades, tendo como objetivo fazer a reeducação ou a remediação e desta forma promover o desaparecimento do sintoma. Agrega que a partir do momento em que o foco de atenção passa a ser a compreensão do processo de aprendizagem e a relação que o aprendiz estabelece com a mesma, o objeto da psicopedagogia passa a ser mais abrangente, a metodologia é apenas um aspecto no processo terapêutico e o principal objetivo é a investigação de etiologia da dificuldade de aprendizagem, bem como a compreensão do processamento da aprendizagem considerando todas as variáveis que intervêm neste processo.

Vale ressaltar a maneira de explicitar o pensamento de cada psicopedagogo em relação ao objeto de estudo deste profissional, mas fica claro que a questão da aprendizagem humana permeia todo esse processo. Assim, percebe-se a divergência no conceito do objeto de estudo da psicopedagogia. Porém, entende-se que o sujeito é objeto central de seu estudo, pois está inserido de forma implícita e explícita neste contexto.

Partindo desta dinâmica, Fernandez (1991) fundamenta que todo sujeito tem a sua modalidade de aprendizagem, ou seja, meios condições e limites para conhecer. Modalidade de aprendizagem significa uma maneira pessoal para aproximar-se do conhecimento e constituir o saber. Tal modalidade constrói-se desde o nascimento. É como uma matriz, um molde, um esquema de operar que se utiliza nas situações de aprendizagem. Essa modalidade é fruto do seu inconsciente simbólico constituído na sua inter-relação com o outro e de sua atividade estruturante de um universo estável: relação causa-efeito, espaço temporal, objetividade. Assim, organizam-se as operações lógicas, classificadas de relação que de um nível de elaboração simples passa a outro cada vez mais complexo. Esse sujeito envolve, num único personagem, o sujeito epistêmico e o sujeito do desejo. Isto significa que a possibilidade de aprender está situada no nível inconsciente, no desejo de conhecer.

Analisando as considerações de Fernandez (1991), é bastante plausível quando ela faz esse paralelo entre sujeito e aprendizagem frisando que o aprender está situado no nível inconsciente do indivíduo, ou seja, da natureza humana partindo deste princípio o objetivo deste trabalho é compreendermos como podemos definir o sujeito em várias etapas do desenvolvimento humano. Em que entendemos como um ser social. Para Piaget, o homem normal não é social da mesma maneira aos seis meses ou aos vinte anos de idade, e por consequente sua individualidade não pode ser da mesma qualidade nesses dois diferentes níveis.

O sujeito passa por níveis de transformações, mas sem deixar a sua herança de um ser social e que vive em sociedade sendo o indivíduo considerado sociável. Para Piaget o sujeito como um ser social precisa saber relacionar com outros seres. O ser social de mais alto nível é justamente aquele que consegue relacionar-se com seus semelhantes de forma equilibrada (PIAGET, 1992). É necessário que o indivíduo esteja ciente, agindo conforme a sua moral e seus valores éticos, afim de garantir a sobrevivência. Para que a ação coletiva se torne possível, surge a moral, com a finalidade de organizar as relações entre os indivíduos. Inicialmente, consideramos a moral como o conjunto de regras que determinam o comportamento dos indivíduos em um grupo social, pois se torna impossível imaginar um povo sem qualquer conjunto de regras. Há, portanto, a moral constituída, que orienta seu comportamento por meio de normas, e o ato será considerado moral ou imoral.

No entanto, a moral não se reduz a herança dos valores recebidos pela tradição. À medida que a criança se aproxima da adolescência, aprimorando o pensamento abstrato e a reflexão crítica, ela tende a colocar em questão os valores herdados. Moral, ao mesmo tempo que é o conjunto de regras que determina como deve ser o comportamento dos indivíduos do grupo, é também a livre e consciente aceitação das normas.

A instauração do mundo moral exige do homem a consciência crítica, conhecida como consciência moral. Trata-se do conjunto de exigências e das prescrições que reconhecemos como válidas para orientar escolhas. Tal consciência que discerne o valor moral dos atos. O

ato moral divide-se em dois aspectos: (i) o normativo, que são as normas ou regras de ação; e os imperativos; e (ii) o fatural, que são os atos humanos enquanto se realizam efetivamente.

O comportamento moral é consciente, livre e responsável. É também obrigatório criar um dever. É na adolescência o momento privilegiado da passagem do mundo infantil ao universo adulto, em que o suposto amadurecimento da razão daria os instrumentos para ser assumida a autonomia moral.

Na psicologia genética de Piaget, a base para o desenvolvimento de fecundas práticas pedagógicas não há inteligência inata, mas a gênese da razão, da afetividade e da moral se faz progressivamente em estágios sucessivos em que a criança organiza o pensamento e o julgamento. A fim de compreender a psicogênese em linhas gerais, Piaget apresenta os quatros estágios desde o nascimento até adolescência:

1º estágio: sensorio-motor. É o estágio pela qual o bebê (de zero a dois anos) conhece o mundo sensorio-motor em que predomina o desenvolvimento das percepções sensoriais e dos movimentos. Nesse estágio, a inteligência do bebê evolui à medida que ele aprende a coordenar as sensações e os movimentos. É considerado esse período como constituído a “fase oral”, quando a zona erógena (geradora de prazer) se localiza na boca.

2º estágio: intuitivo ou simbólico. O segundo momento (dos dois aos sete anos) começa quando a lógica infantil sofre um salto, resultante da descoberta do símbolo. A realidade pode então ser representada, no sentido de que a palavra torna presente o que esta ausente. Nesse período, a inteligência é intuitiva porque não se encontra separada da experiência vivida, não consegue transpor abstratamente o que foi vivenciado pela percepção.

3º estágio: operações concretas. Neste terceiro estágio, que ocorre entre os sete a doze anos de idade, a lógica deixa de ser puramente intuitiva e passa a ser operatória. Isso quer dizer que a criança é capaz de interiorizar a ação, ou seja, passa da intuição para a operação significa tornar-se capaz de constituir sistema de conjuntos, possíveis ainda de composição e revisão. É o processo que permite realizar as operações matemáticas, perceber a relação lógica do sistema. Do ponto de vista moral, afirma-se a heteronímia, com a introjeção das normas da família e da sociedade. Também nos jogos essa tendência se revelou de maneira clara na preferência por aqueles de regras rígidas, como os de botão e bola de gude, cujas normas são seguidas rigorosamente.

4º estágio: operações formais. Estágio da adolescência, quando aparecem as características que marcarão a vida adulta. O pensamento lógico atinge o nível das operações formais ou abstratas. Além de interiorizar a ação vivida, o adolescente é capaz de distanciar-se das experiências, de tal forma que pode pensar na hipótese. É o amadurecimento do pensamento formal ou hipotético-dedutivo. O desenvolvimento da reflexão atinge tal estágio que torna possível o pensamento científico, matemático e filosófico, desenvolvendo a capacidade de reflexão e dá condições para o amadurecimento moral, pela organização autônoma das regras.

Reflexão, discursão, reciprocidade, autonomia são termos que aqui se acham enlaçados, pois refletir é desdobrar o pensamento, é pensar duas vezes, é tematizar como se trouxéssemos o outro para dentro de nós. Refletir e discutir interiormente. Portanto, a discursão supõe reciprocidade, disponibilidade para ouvir o outro, mas também preservação de nossa individualidade e autonomia.

A Construção da Consciência Moral

Tanto a afetividade como a inteligência resultam da conversão do egocentrismo primitivo. A lógica evolui das formas intuitivas ao pensamento abstrato, a afetividade, do egocentrismo à reciprocidade e cooperação, da relação entre as duas, a consciência moral evolui da anomia, passando pela heteronomia, até atingir a autonomia – é o caminho percorrido pelo desejo até a construção da vontade, suporte da vida livre e moral.

Na adolescência surge a possibilidade de um plano de vida, o que leva o homem a capacidade de fazer projetos. A sabedoria do homem maduro está nesse exercício inesgotável, e por isso ele não cessa nunca de aprender, aprender a conhecer o mundo, aprender a liberdade, aprender o encontro com o outro, aprender a democracia e tudo isso acontece de maneira natural e automática, pois é necessária aprendizagem.

Entende-se que a lógica e a afetividade se estabelece na consciência moral evoluindo da anomia passando pela heteronomia e alcançando a autonomia, como o viés da teoria de Lawrence Kohlberg (1927 – 1987) que se dedicou ao estudo da teoria piagetina centrando suas preocupações nas questões morais. Expandiu experiências aplicando rico material em grupos de controle nos Estados Unidos, Turquia e Israel, durante vários anos. Uma das diferenças do trabalho do Kohlberg em relações ao seu mestre está em que ele rejeita a teoria do paralelismo entre a psicogênese do pensamento lógico e a psicogênese da moralidade.

Se o desenvolvimento do pensamento lógico formal é condição necessária para atingir a vida moral plena, a condição suficiente de que a maturidade moral só é atingida (quando é) pelo adulto uns dez anos depois da adolescência. Afirma que o nível mais alto de moralidade exige estruturas lógicas novas e mais complexas do que aqueles do pensamento formal. Kohlberg reformula a teoria dos estágios morais dividindo-as em três grandes níveis: (i) pré-convencional, as regras morais são aquelas que as formulam, e sua aceitação esta baseada no reconhecimento da autoridade, orientando-se o comportamento a partir dos critérios de obediência e de punição e recompensa; (ii) convencional, superada a fase anterior, valoriza o reconhecimento do outro como grupo, família, predominam as expectativas interpessoais e a identificação com as pessoas do grupo a que pertence; (iii) pós-convencional, os comportamentos são regulados por princípios, os valores independem dos grupos ou das pessoas que os sustentam, porque são princípios universais de justiça, igualdade dos direitos humanos respeito a dignidade dos mesmos como pessoas individuais. Assim, poucos cidadãos atingiriam o nível de moralidade pós-convencional.

Vale ressaltar que quando pensamos em sujeito ou individuo logo nos remete em ser social e dentro deste contexto de socialização o sujeito também é um ser autônomo, ou seja, faz suas próprias escolhas. Conforme Piaget, para melhor compreender esta questão, é importante apresentar as etapas do sujeito como anônimo, heterônimo e autônomo.

A etapa da anomia: crianças de até cinco, seis anos de idade não seguem regras coletivas.

A etapa da heteronomia: surge interesse em participar de atividades coletivas e regradas, são crianças com características de até nove e dez anos em média que conseguem perceber qualquer modificação de regras estabelecidos no jogo, ou seja, respeita as regras do jogo como algo sagrado e imutável.

A etapa da autonomia: as crianças jogam seguindo as regras do jogo com esmero.

A relação entre indivíduos pressupõe regras. Desde o início da vida da criança, essas regras são predominante, externa e com o processo de desenvolvimento. Elas vão sendo paulatinamente interiorizadas. Sendo assim, a moral da heteronomia é ausência de autonomia presente no início do desenvolvimento moral da criança, dada pelo respeito às regras que são inspiradas pelos sentimentos de medo, amor e sagrado. Na moral da autonomia, esses sentimentos de respeito unilateral são substituídos pelo respeito mútuo. A pessoa autônoma não é impecável às questões culturais. Ela é capaz de se inserir de forma consciente e competente nos diferentes pontos de vista socioculturais, e os indivíduos precisam de interação, participação, parceria, respeito e limites. A essência da autonomia consiste em pessoas que se tornam aptas a tomar decisões por si próprias. A autonomia significa levar em conta os fatos relevantes para decidir quanto a forma de agir que beneficie a todos

Considerações finais

A psicopedagogia, analisando o sujeito autônomo, tem como ferramenta de suporte a ação preventiva que deve ser utilizada, pois sua intervenção benéfica é associada ao processo educativo, desenvolvendo no educando, principalmente crianças e adolescentes, maior autonomia acompanhada de um amadurecimento mais saudável e um espírito mais criativo.

A psicopedagogia olha para o sujeito como um todo no contexto no qual está inserido. Estuda os caminhos do sujeito, adquire e elabora e também transforma o conhecimento em saber. É uma arca de estudos interdisciplinares que floresce no conceito de sujeito autor. Para Andrade (2002), ensinar a autoria de pensamento torna-se possível porque os sujeitos transformam-se mutuamente nos encontros com o conhecimento. É na autoria que os sujeitos vão além da realidade imediata e são capazes de lhe dar novos significados, ou seja, o sujeito autor é aquele que constrói seu pensamento, ama e proclama sua liberdade de ser e de estar; é viver, o agora, a sua realidade.

Ainda Segundo Andrade (2002),

a psicopedagogia vai trabalhar a gestação de espaços subjetivos e adjetivos que possibilitam a autoria de pensamento. A autoria de pensamento pressupõe e espaços de liberdade que se constituem a partir da aceitação das diferenças e do prazer em pensar. E se constitui na medida em que o sujeito possa conceber-se diferente do outro e sinta-se autorizado por este outro a diferenciar-se. O prazer estará na descoberta da possibilidade de criar um objeto sobre o qual tira posse, podendo ainda autorizar ou não que seja conhecido pelo outro.

A autoria de pensamento é condição para a autonomia do sujeito. Autonomia e autoria andam de mãos dadas se alimentam mutuamente numa relação de reciprocidade. O indivíduo que faz sua autoria se humaniza e não se maquiniza, vive através do seu próprio olhar. Para Fernandez (2001), a autoria de pensamento é algo imprescindível para que o sujeito seja conectado com a condição humana mais valiosa de liberdade. O trabalho psicopedagógico com os profissionais da educação poderia levar à construção de laços de solidariedade que possibilitassem alguma autoria de pensamento e autonomia que hoje não faz parte do cotidiano pedagógico.

É importante frisar que o sujeito autor apresenta características de interatividade e interdependência. Segundo Morin (2002), é necessário haver uma mudança de pensamentos e valores para que sejam elaborados novos paradigmas. Este novo homem, este novo sujeito terá de deixar seus valores de auto-afirmação que são valores tais como: expansão, competição, quantidade, dominação para estruturar valores interativos de conservação, cooperação, qualidade e parceria.

Portanto o conceito de “sujeito autor” nasce dentro do espaço teórico da psicopedagogia, e a mesma traz sua contribuição levando o homem a caminhos de sua humanização. O humano que se faz humano pelo olhar de si mesmo, construindo-se e construído a seus próprios caminhos, tomando para si sua autoria.

Podemos concluir que autorizando-se, valorizando-se e conscientizando-se de seus valores e de sua complexidade e conexão com a vida, o sujeito que se faz autor poderá conquistar seus sonhos de liberdade. Liberdade que se consegue através da cultura, da auto ética, do conhecimento compartilhado, que se transforma em sabedoria.

Fazendo uma analogia entre aprendizagem humana, cabe mencionar que, segundo Fernandes (1991), aprender está situado no nível inconsciente do indivíduo. Conclui-se que a psicopedagogia analisa o sujeito como àquele que busca sua própria autoria de pensamento indo ao encontro do conhecimento, e vai além da realidade imediata, sendo capaz de lhe dar novos significados, tornando-se livre e autônomo. Por outro lado, vale ressaltar que mesmo na fase adulta em que se esperam sujeitos com garantia de autonomia, dependendo das nossas próprias escolhas ficamos condicionados a vivenciar momentos da fase de heteronomia. Essa transição acontece de maneira circular. Portanto, para a psicopedagogia, o sujeito autor é aquele que autoriza não só conteúdos acadêmicos, mas também autoriza a construir e conduzir sua própria vida, como um sujeito interativo, interdependente, criativo, pensante, e autor do seu pensamento.

Referências

- BOSSA, N. A. *A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática*. Artmed, 2007.
- FERNANDEZ, A. *A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- KIGUEL, S. M. M. *Normalidade x Patologia no processo de Aprendizagem: Abordagem Psicopedagógica*. Revista Psicopedagogia. São Paulo. v.10, 1991.
- LIMA, Lauro de Oliveira, 1921-3 Piaget, Jean 1896 – 1980. Freitas, Bombere II Título. *Autoridade e autonomia na escola: Alternativas e práticas* / Júlio Gruppa Aquino (org) São Paulo: Summus 1999 .
- MORIN, E. *A Cabeça Bem-Feita*. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- NEVES, M. A. *Psicopedagogia: Um só termo e muitas significações*. Revista Psicopedagogia. São Paulo. v.10, 1991.

RUBINSTEIN, Edith. In SCOZ et al. Psicopedagogia: Contextualização, Formação e Atuação Profissional. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.